Faculdade de Tecnologia de Mococa – Mário Robertson de Sylos Filho

# A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA SOCIEDADE GLOBAL: UM ESTUDO SOBRE APLICATIVOS DE FINANÇAS PESSOAIS

# Jaqueline de Paula; Nayara Ribeiro Ruiz

# Faculdade de Tecnologia de Mococa

# Discente(s) do Curso de Gestão Empresarial

**Darlan Marcelo Delgado**

Docente do curso de Gestão Empresarial

**RESUMO**

O artigo reporta uma pesquisa sobre a temática da educação financeira no contexto da sociedade global. Aborda-se o recente histórico de desenvolvimento das políticas públicas de educação financeira no Brasil. O estudo é qualitativo e composto de pesquisa bibliográfica e documental e também de uma pesquisa empírica sobre aplicativos de finanças pessoais para *smartphones*. A pesquisa evidencia que as ações e políticas de educação financeira no Brasil podem ser expandidas. O estudo comparativo dos aplicativos financeiros disponíveis ao público pela *Play Store* evidenciou que estes podem ser instrumentos úteis, com interfaces amigáveis e simples utilização, sendo muitos de acesso gratuito.

**Palavras-chave**: Políticas educacionais. Educação financeira. Consumo. Poupança. Orçamento.

**INTRODUÇÃO**

O número de pessoas endividadas é alarmante como pode ser observado nos resultados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), conduzida mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Segundo a Peic de novembro de 2020, com base nas respostas de aproximadamente 18 mil consumidores das capitais dos estados e do Distrito Federal, 66,0% afirmaram ter algum tipo de dívida, sendo que 25,7% estavam com dívidas em atraso e 11,5% afirmaram não ter condições de pagar (CNC, 2020). Este alto nível de endividamento das famílias se dá devido ao amplo crédito ofertado e ainda facilitado por meio do avanço tecnológico que possibilita uma enorme flexibilidade de modalidades de pagamentos eletrônicos e, adicionalmente, pelo baixo nível de competências financeiras dos cidadãos, ou o que se poderia nomear de alfabetização financeira, possibilitada por ações e programas de educação financeira.

Diante dessa situação, em 2010 foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro daquele ano, um programa que visa a ampliar oportunidades de educação financeira da população por meio de diversas ações.

Apesar de a educação financeira ser originariamente uma forma de educação não formal, ou seja, que se dá fora do espaço escolar, ela pode ser introduzida tanto no currículo escolar quanto em ações e projetos extracurriculares nas escolas. Segundo Saleh e Saleh (2013), a educação financeira no âmbito escolar deve permitir ao aluno além do entendimento básico do funcionamento do sistema financeiro possibilitar reconhecer os limites e possibilidades do sistema financeiro e também previdenciário.

Atualmente, no Brasil, diversas instituições públicas e privadas possuem ações e programas para difundir e aprimorar a educação financeira da população. Muitas dentre elas usam a tecnologia para desenvolver esses projetos, como aplicativos e *sites* que contêm informações e materiais para obter organização, planejamento e êxito financeiro nas tomadas de decisão cotidianas de consumo, poupança e previdência, de forma que a interação entre usuário e aplicativos ou *softwares* seja amigável e intuitiva.

No presente trabalho objetiva-se abordar a relevância que a educação financeira vem assumindo atualmente na sociedade globalizada e financeirizada, levando em consideração o cenário propício ao endividamento, o que pode ser observado não apenas pelas estratégias cada vez mais sofisticadas e sedutoras de marketing assim como pelas facilidades de consumo por diversos canais e sistemas de pagamentos e parcelamentos, o crescente avanço tecnológico, dentre outros fatores. Coloca-se em tela uma abordagem sobre a importância da educação financeira para o adequado planejamento pessoal e familiar, exercício do consumo consciente e equilibrado e precaução e previdência para o futuro, considerando as incertezas e possíveis emergências. Neste sentido, toma-se como objeto de análise as possibilidades e eventuais limitações de aplicativos para *smartphones* à disposição do público, os quais são comparados a partir de critérios selecionados.

**METODOLOGIA**

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa e do tipo *ex post facto* (MARTINS e THEÓPHILO, 2009) e contempla duas dimensões complementares entre si. Uma pesquisa bibliográfica e documental conceitual e teórica por meio da seleção de artigos, livros e legislação sobre educação financeira e uma pesquisa empírica que toma como objeto de investigação cinco aplicativos de *smartphones* e demais aparatos disponibilizados na *Play Store*, ou seja, que operam com sistema operacional *Android*. A partir da escolha dos aplicativos conduziu-se uma análise comparativa a partir de critérios previamente selecionadas.

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA SOCIEDADE GLOBAL**

A educação financeira vem recebendo atenção de diversas instituições, pesquisadores e profissionais ligados tanto às finanças quanto à educação formal e não formal. Este estatuto da educação financeira se dá em função da complexidade e da diversidade crescentes das relações econômicas, dos produtos financeiros e do próprio sistema financeiro internacional. Conforme indicam Savoia, Saito e Santana (2007), três forças propulsoras produziram mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais: i) a globalização, ii) o desenvolvimento tecnológico e iii) as alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal. A interação destas forças elevou a complexidade de todas as esferas relacionadas às finanças. Estes autores, ao buscarem definir a educação financeira também indicam suas articulações com as dimensões do desenvolvimento de habilidades cognitivas, tomada de decisão, integração social (cidadania e mundo do trabalho) e com o bem-estar.

Na sociedade contemporânea, os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e as suas relações com os demais. O domínio de parte dessas propriedades é adquirido por meio da educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando aprimoram tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar. (SAVOIA, SAITO e SANTANA, 2007, p. 1.122).

Segundo Pereira, Cavalcante e Crocco (2019), a educação financeira envolve treinamento e ensinamento, para que seja possível desenvolver conhecimento e habilidade para entender os âmbitos financeiros e saber manipulá-los e utilizá-los. De acordo com Huston (2010) e Lusardi e Mitchell (2014) mesmo com o avanço que a área financeira obteve durante os anos, ainda há uma grande dificuldade em mensurar a melhor forma de aplicar a educação financeira, devido à falta de definição de um padrão na literatura.

O conhecimento pode ser desenvolvido nos âmbitos pessoal ou profissional. Segundo Worthington (2006), o orçamento, a poupança, o investimento e o seguro são considerados recursos pessoais. Já os recursos profissionais são vinculados a relatórios financeiros, fluxos de caixa e mecanismos de governança corporativa nas empresas. Sendo assim, há uma confluência entre vida pessoal – que se dá no âmbito da esfera pública, portanto sendo de interesse cívico seu desenvolvimento como campo de conhecimento – e vida laboral – que se dá no âmbito do mundo do trabalho, evidenciando a necessidade de construção de competências financeiras. A educação financeira, por esta perspectiva, mostra-se relevante na dimensão da formação cultural e política do cidadão e na construção de saberes práticos e teóricos de profissionais. Tem-se, desse modo, uma confluência também entre competências atitudinais e instrumentais.

Com o passar dos anos diversos países vem adotando políticas públicas de educação financeira a fim de preparar melhor a sociedade economicamente. No Brasil as ações de educação financeira tem surgido apenas recentemente, não tendo sido construída ainda uma cultura de alfabetização financeira sólida e robusta nas instituições sociais, incluindo as próprias escolas, conforme se verifica no *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais* (BCB, 2013). Ainda conforme aborda Pereira (2015), a implementação prática da educação financeira é muito limitada, principalmente pelo baixo nível de alfabetização dos indivíduos, portanto seria necessário um grande empenho para que se obtivessem resultados satisfatórios. Além da falta de alfabetização financeira, pode-se verificar também que parte da população não tem o hábito de poupar com regularidade, comprometendo investimentos e projetos pessoais e familiares de médio e longo prazos (BCB, 2013).

Como consequência da educação financeira, os indivíduos assumem um comportamento que busca equilibrar razão e emoção no consumo, maior planejamento e controle de suas finanças pessoais, e mais consciência sobre as incertezas, riscos e situações imprevistas no horizonte futuro, demandando ações e projetos de vida que também levam em consideração a previdência (para a aposentadoria) e a cobertura de riscos (por meio de seguros), tudo isto em função da consciência sobre a restrição orçamentária pessoal e familiar. O equilíbrio financeiro que se busca por meio da educação financeira permite, enfim, melhor qualidade de vida e bem-estar por meio de tomadas de decisão seguras e fundamentadas em competências financeiras. Isto implica não apenas no conhecimento básico do funcionamento dos mercados financeiro e bancário, bem como dos diversificados produtos que se ofertam ao público.

**POLÍTICAS E AÇÕES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL**

De acordo com a literatura é possível verificar que as ações e políticas de educação financeira no país ainda são incipientes e não conseguem exercer a função de capacitar plenamente a população para os desafios e complexidades impostas pelos novos cenários econômico, financeiro e tecnológico. No entanto, diversas instituições públicas e privadas, como bancos, instituições financeiras, de crédito, corretoras, seguradoras, de defesa do consumidor e mesmo empresas passaram a promover a educação financeira.

Conforme discute Cunha (2020), desde 2007 já eram organizadas ações para a implementação da educação financeira no país. Foi criado o Comitê de Regulação e Fiscalização do Mercado Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) pelo Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006. Constituído pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), instituiu um grupo de trabalho para propor a futura Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o que foi alcançado em 2009, conforme afirma Cunha (2020).

O COREMEC com o objetivo de melhorar a educação financeira no Brasil, por meio da Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007, criou o Grupo de Trabalho (GT) para propor em conjunto com representantes da iniciativa privada, do governo e da sociedade civil, uma estratégia nacional de educação financeira. Conforme abertura concedida pelo § 1º do art. 2º da citada deliberação, os membros auxiliares poderiam colaborar com o GT. Sendo assim, foram convidados a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), a Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG), a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério da Fazenda (MF) e o Ministério da Previdência Social (MPS).

O GT passou por várias prorrogações de prazo, todas autorizadas pelas Deliberações do COREMEC, e em 22 de dezembro de 2010 os trabalhos foram concluídos e o Decreto nº 7.397 instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Conforme consta do art. 1º do referido decreto, a finalidade da ENEF é “[...] promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.” (BRASIL, 2010, p. 1).

Neste decreto também ficam formalizados os membros que compõem o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), sendo, nesta ordem, um diretor do Banco Central do Brasil, o presidente da CVM, o diretor-superintendente da PREVIC, o superintendente da SUSEP, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), o secretário-executivo do Ministério da Educação, o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Previdência Social, o secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e, por último, até seis representantes da sociedade civil (BRASIL, 2010).

A partir de então uma série de ações, programas e diretrizes sobre educação financeira passou a ser implementada no país. Já em 2013 o Banco Central lançou o Programa Cidadania Financeira, integrando inclusão financeira, proteção e educação. Foi também neste ano instituída a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), realizada anualmente desde 2014 (BCB, 2018) e na sua sétima edição em 2020. Em 2015 foi criado e disponibilizado para acesso público o Portal da Cidadania Financeira[[1]](#footnote-1), com uma série de informações, materiais instrucionais, cursos, treinamentos e vídeos da série “Eu e meu dinheiro”, uma biblioteca virtual, os direitos e deveres do consumidor financeiro e a calculadora do cidadão. Este conteúdo localiza-se dentro da página da internet do Banco Central do Brasil.

Neste portal é apresentada a concepção de cidadania financeira pelo Banco Central, compreendida como o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros. Esta definição está embasada sobre quatro pilares: i) educação financeira, ii) participação, iii) proteção do consumidor e iv) inclusão financeira.

Em 2020 foi publicado o Decreto nº 10.393, 9 de junho, o qual revoga o Decreto nº 7.397, de 2010, instituindo a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Conforme consta no artigo 1º do referido instrumento legal a finalidade da nova ENEF passa a ser a promoção da educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país (BRASIL, 2020).

Como se pode observar, este é um movimento relativamente recente no país, mas que vem sendo implementado de modo sistemático a partir de 2010, quando da instituição da ENEF. A partir de então, passou a haver uma difusão de conteúdos relacionados à educação financeira, em particular por meio das instituições bancárias e financeiras. Sendo assim, passa-se a comentar sucintamente algumas destas ações.

A antiga Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), atualmente Bolsa, Brasil Balcão (B3) criou em 1989 o programa educacional Bovespa e era destinado a atender aos interesses das pessoas que desejavam conhecer a bolsa e o funcionamento do mercado acionário. As iniciativas do programa se concentravam em difundir a importância das bolsas de valores para a economia do país e fornecer conhecimentos econômicos básicos e estimular o hábito da poupança. Também promovia visitas monitoradas à bolsa, palestras e orientações à população em relação a ações e mercado financeiro (SAVOIA, SAITO e SANTANA, 2007). Atualmente, a B3 tem em sua página na internet um canal de “educação”[[2]](#footnote-2) por meio do qual são ofertados cursos *online* e presenciais, certificação de profissionais da B3 no âmbito do Programa de Qualificação Operacional (PQO), incluindo o acesso a um guia de estudo, iniciativas em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), centro de memória e programa de visitas à bolsa.

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), fundada em 1967, em São Paulo, é a principal entidade representativa do setor bancário brasileiro. Trata-se de uma associação que tem como objetivo representar seus associados sendo eles do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, fazendo com que o sistema financeiro se fortaleça, contribuindo com o desenvolvimento econômico, social e sustentável do país. A FEBRABAN conta com o Instituto FEBRABAN de Educação (INFI)[[3]](#footnote-3), que é apresentada na internet como sendo a escola de negócios e finanças da instituição. São ofertados cursos de formação em mercado financeiro e cursos voltados à certificação profissional.

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) reúne diversas empresas como bancos, gestoras de fundos de investimentos, corretoras, distribuidoras de valores mobiliários e administradoras. A organização foi criada em 2009, tendo como um de seus compromissos transmitir conhecimentos sobre o mercado financeiro (“educar”[[4]](#footnote-4), como consta em sua página na internet). Trata-se, em particular, de cursos voltados à preparação de candidatos para as provas de certificações inerentes ao mercado financeiro.

A Serasa é uma empresa privada, responsável pela criação de um banco de dados que auxilia diversas empresas a consultar dívidas, cheques sem fundo e diversos outros registros públicos e oficiais. Além dos serviços prestados às empresas no que se refere ao crédito e sua concessão, a empresa mantém uma página destinada à educação financeira intitulada “Serasa ensina”[[5]](#footnote-5), na qual além de conteúdos relacionados às temáticas inerentes à educação financeira são ofertados cursos.

A Fundação PROCON.SP é um ente público de defesa do consumidor que tem origem em 1976. Além de sua atuação como mediador de conflitos na relação entre consumidor e organizações, o PROCON.SP também tem intensa atuação como instituição de educação para o consumo por meio do portal “Escola de Proteção e Defesa do Consumidor”[[6]](#footnote-6) em sua página na internet. Neste é possível acessar uma ampla variedade de materiais instrucionais e ter acesso aos cursos e oficinas ofertados pela instituição. Há uma seção específica dedicada exclusivamente à educação financeira repleta de matérias disponibilizados ao público.

Ações de difusão e promoção da educação financeira semelhantes aos das organizações acima elencadas também tem sido elaboradas e ofertadas por bancos comerciais e de investimentos e instituições financeiras privadas, além de empresas que atuam direta ou indiretamente com produtos financeiros, seguros e previdência.

**PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PESSOAL E FAMILIAR**

O rendimento médio nominal mensal domiciliar *per* capita da população brasileira é consideravelmente modesto, como se pode observar pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2019 o valor deste rendimento nominal mensal no Brasil foi de R$ 1.439,00. Como o valor do Salário Mínimo em vigência em 2019 era de R$ 998,00, o rendimento médio nacional não alcançava mais de pouco mais de 1,4 salários mínimos. O estado com o menor valor médio nominal mensal de renda *per capita* foi o Maranhão, com apenas R$ 636,00, que representa pouco mais de 0,64 salário mínimo, e o maior valor foi obtido pelo Distrito Federal, com R$ 2.686,00, indicando uma média de praticamente 2,7 salários mínimos (IBGE, 2019).

Por outro lado, há uma grande oferta de crédito concedida por bancos, instituições financeiras e pelo comércio. Junta-se às amplas e diversificadas fontes de crédito as ferramentas cada vez mais criativas de publicidade e as estratégias de marketing. A união do baixo nível de renda, crédito farto (mas não necessariamente barato), intensa exposição das pessoas à propaganda com sua forte capacidade de sedução e baixo nível de alfabetização financeira por parte das pessoas e tem-se os resultados nocivos: consumismo, endividamento exacerbado, inadimplência, pagamento de juros elevados, instabilidade financeira pessoal e familiar.

O fracasso ou o sucesso financeiro estão inteiramente relacionados à capacidade de o indivíduo ou responsável pelo núcleo familiar em administrar de maneira adequada e sensata os recursos financeiros disponíveis. Eventualmente as pessoas transferem a responsabilidade pelos problemas financeiros oriundos de comportamentos não adequados ao mercado financeiro, às crises econômicas, aos governos, enfim, a situações e atores sociais externos, contudo a literatura consultada sobre educação financeira enfatiza a necessidade da construção de competências financeiras pelos indivíduos e a tomada de responsabilidade por suas ações e decisões de consumo, poupança e seguridade.

 Deve-se compreender, portanto, que os problemas e consequências danosas oriundos de decisões de consumo e/ou emprego de recursos financeiros inadequados por parte dos indivíduos são fatos a serem minimizados ou até mesmo plenamente solucionados por meio de uma cultura permanente de promoção e difusão de ações, programas e políticas públicas de educação financeira na sociedade. Os atores sociais envolvidos vão desde os bancos, passando pelas instituições financeiras, as instituições de regulação financeira, as entidades de proteção ao consumidor e, inclusivamente, as instituições de educação formal.

A cultura de elaboração de planejamento financeiro pessoal e familiar, a construção do orçamento mensal e anual, o plano de investimentos de curto, médio e longo prazos, as estratégias de consumo consciente e a contratação de produtos e instrumentos financeiros orientados à seguridade e à previdência apresentam-se como elementos centrais de uma agenda programática de educação financeira nacional.

O contínuo desenvolvimento das competências financeiras em direção a uma efetiva alfabetização financeira permitirá uma ação cidadã esclarecida e uma atuação profissional assertiva, promovendo a autoestima individual e o bem-estar.

O orçamento pessoal ou familiar é uma peça fundamental no processo de auto esclarecimento e desenho da estrutura financeira. Segundo o *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais* (BCB, 2013) um dos métodos de elaboração do orçamento pode ser dividido em quatro etapas: i) planejamento, ii) registro, iii) agrupamento e iv) avaliação.

O adequado planejamento econômico-financeiro é essencial para o êxito do controle que o orçamento, como instrumento, oferece. Segundo o Dicio (2020) “Planejamento é a ação ou efeito de planejar, de elaborar um plano. Determinação das etapas, procedimentos ou meios que devem ser usados no desenvolvimento de um trabalho, festa, evento”. Tendo-se esta definição ampla de planejamento pode-se partir em busca do sentido do planejamento financeiro.

De acordo com o *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais* (BCB, 2013, p. 19):

O processo de planejamento consiste em estimar as receitas e as despesas do período. Para isso, você pode utilizar sua rotina passada, elencando as receitas e as despesas passadas e usando-as como base para prever as receitas e as despesas futuras.

Neste contexto, devem-se considerar as receitas fixas e eventuais receitas variáveis, assim como as despesas fixas e variáveis. Planejar antecipa a fase de registrar todas as entradas e saídas inerentes ao modo de vida do indivíduo ou da família. O agrupamento das contas por tipologia é a fase posterior, na qual se aglutinam as receitas e especialmente as despesas e custos em função de suas características.

Desta forma, pode-se compreender que o planejamento financeiro é o processo assistido por métodos pré-estabelecidos e manuais, que direcionam a um composto de ações ordenadas. O planejamento visa a conquista de objetivos previamente estabelecidos (ROSS, WESTERFIELD e JORDAN, 2000).

O planejamento financeiro é importante para que o orçamento seja criado. É este instrumento que auxiliará o indivíduo a compreender seus ganhos e gastos e assim seguir de forma adequada o plano ou projeto previamente estabelecido.

De acordo com o *Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais* (BCB, 2013), “[o]rçamento pode ser visto como uma ferramenta de planejamento financeiro pessoal que contribui para a realização de sonhos e projetos”. O Dicio (2020) define o orçamento como “O valor calculado da despesa (valor gasto) e da receita (valor arrecadado); detalhamento da receita e da aplicação dos recursos”.

Desta forma, podemos observar que o orçamento é um importante instrumento utilizado para se alcançar os objetivos pré-estabelecidos por meio do planejamento, eleger as prioridades e controlar entradas de dinheiro e gastos. Utilizar essa ferramenta possibilita com que possam ser realizadas análises das prioridades em vista e quais gastos possuem maiores impactos.

Ele é importante pois auxilia o usuário a reconhecer seu real estado financeiro, escolher de maneira sensata e consciente seus projetos, definir suas prioridades, estabelecer limites que ajudem a cumprir o planejado, identificar e estabelecer os hábitos de consumo, preparar para imprevistos e faz com que seja possível realizar o consumo de forma constante, porém sem gerar conflitos e inadimplência.

Em tempos de crise a dificuldade encontrada para realizar a constituição e a gestão de um orçamento familiar não é nenhuma surpresa. Muitas famílias vêm isso como um grande desafio, haja visto que o equilíbrio das finanças se encontra nas mãos de mais de uma pessoa. Nesses períodos em que se observa perda do poder de compra dos cidadãos e a crescente alta de desemprego, criar o hábito de realizar o orçamento pode se tornar ainda mais interessante, pois a constituição de um orçamento bem estabelecido auxilia a ser analisada a situação presente e, quando já utilizado, ajuda a enfrentar os desafios criados pelos imprevistos.

Saber quais são as principais fontes de renda, a quantidade recebida por mês, custos fixos e variáveis, onde estão alocadas as despesas e seus graus de importância, quantos meses é possível se auto sustentar com o valor monetário que se possui e despesas que se tem, podem ser grandes aliados em situações não previstas. Independente de como se inicia o processo de elaboração do orçamento, é fundamental que após se definirem e se estabelecerem as metas elas sejam buscadas fielmente.

Quando se trata da elaboração do orçamento familiar é de extrema importância certificar-se de que todos os membros da família estejam envolvidos e comprometidos com a peça orçamentária produzida e consensualmente decidida. Assim como cada membro possui gostos e interesses diferentes, eles possuem posturas diferentes quanto ao uso do dinheiro e isso pode ser um empecilho ao cumprimento daquilo que foi estabelecido.

Após conquistar um orçamento superavitário é significativo decidir o que fazer com os recursos poupados. Existem diversas formas de investimentos desde os mais tradicionais aos mais ousados, independente de como as pessoas se enquadrem em determinados perfis de consumo e por nível de renda, seria válido cultivar o hábito de poupar, para que se possa alcançar a independência financeira e estar preparado para enfrentar situações e problemas emergenciais.

Para que seja possível poupar adequadamente é indispensável ter conhecimento financeiro, foco e autodisciplina. Poupança, no vocabulário das ciências econômicas, é assim definida: “Em economia, parte da renda nacional ou individual que não é utilizada em despesas, sendo guardada e aplicada depois de deduzidos os impostos.” (SANDRONI, 1999, p. 485). Colocado de outra forma, o conceito de poupança em economia é a transferência intertemporal do consumo no presente para o futuro. Não se deve, assim, confundir poupança com o produto financeiro chamado de caderneta de poupança. O planejamento financeiro pessoal e familiar tem como objetivo auxiliar na criação de estratégias para que seja possível poupar e direcionar da melhor forma possível os recursos financeiros para investimentos, proporcionando bem-estar e equilíbrio ao longo do tempo.

Com o intuito de ofertar à população um guia prático de orientação à tarefa de elaborar o planejamento financeiro a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) elaborou um documento intitulado *Guia CVM de Planejamento* Financeiro[[7]](#footnote-7) (CVM, 2014), o qual encontra-se disponível para acesso público na internet e vem acompanhado de um conjunto de planilhas eletrônicas para que as pessoas possam elaborar seu balanço patrimonial pessoal, discriminar, registrar e agrupar suas receitas e despesas, estabelecer seus objetivos e projetos e construir seu orçamento doméstico. Cumpre lembrar que a CVM é uma das instituições a compor o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), a quem cabe definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF no país, conforme consta no art. 3º do decreto nº 7.397/2010 (BRASIL, 2010).

**Estudo Empírico**

Com o rápido avanço tecnológico é possível encontrar diversos aplicativos para *smartphones* que podem auxiliar na elaboração do planejamento financeiro e da construção do orçamento, seja pessoal, familiar ou empresarial.

O estudo prático se deu por meio da avaliação de cinco aplicativos voltados ao planejamento e orçamento financeiro disponíveis ao público na *Play Store* e escolhidos para uma análise comparativa, sendo eles o “BB Digital” (Banco do Brasil), “Minhas Finanças”, “Mobills”, “Organizze” e “Sicoob Minhas Finanças”. A avaliação dos mesmos poderia ser feita por diferentes critérios, assim optou-se por estabelecer onze critérios de comparação, sendo eles: armazenamento, número de *downloads*, número de avaliações, nível de aprovação, uso irrestrito/uso privativo, controle do uso do cartão, distribuição de despesas por categorias, dicas de investimentos, registro de renda, plano orçamentário e interface amigável.

No critério armazenamento o melhor avaliado foi o “Organizze”, ocupando apenas 12 MB do aparelho, o “Mobills” vem em segundo lugar ocupando 13 MB, o “Minhas Finanças” logo após, ocupando 16 MB, o “Sicoob Minhas Finanças” com 23 MB e, por último, ocupando 63 MB, o “BB Digital”.

O aplicativo mais procurado e baixado é o “BB Digital”, com mais de 50 milhões de *downloads*, provavelmente pelo fato de o Banco do Brasil ser uma instituição financeira presente em todo território nacional e com amplo número de clientes (mais de 67 milhões). O aplicativo com menor número de *downloads* é o “Sicoob Minhas Finanças”, com cem mil *downloads*.

O número de avaliações considera as avaliações positivas e negativas em conjunto, sendo assim o aplicativo mais avaliado é o “BB Digital” com mais de dois milhões e setecentas mil avaliações. O aplicativo com a pior avaliação é o “Sicoob Minhas Finanças”, podendo ser levado em consideração que ele foi também o aplicativo com menor número de *downloads*. Já o nível de aprovação é de extrema importância para a efetiva avaliação, pois mesmo tendo diferentes volumes de *download*, o aplicativo pode ser avaliado negativamente pelo usuário. Os três melhores avaliados por seus usuários, todos com nota 4,7 em uma escala que vai de 0 (zero) a 5 (cinco) foram o “BB Digital” com praticamente 3 milhões de avaliações, o “Organizze” com 36 mil avaliações e o “Minhas Finanças” com 33 mil avaliações. O “Mobills” foi avaliado com nota 4,6 e tem 225 mil avaliações. O aplicativo com a pior avaliação foi o “Sicoob Minhas Finanças” com nota 2,1 e avaliado por 1.444 usuários.

Os aplicativos podem ser de uso privativo ou de uso irrestrito pelo público, os de uso privativo são aqueles de instituições bancárias para os quais é necessária a inserção de dados cadastrais e pessoais do cliente/correntista para que seja possível a utilização do mesmo. Os de uso privativo são o “BB Digital” (para clientes do Banco do Brasil) e o “Sicoob Minhas Finanças” (para clientes do Sicoob), sendo o “Minhas Finanças”, o “Organizze” e o “Mobills” de uso geral e irrestrito pelo público interessado.

Todos os aplicativos contêm o controle do uso do cartão, possibilitando ao usuário controlar seus créditos e débitos referentes ao cartão direto pelo aplicativo. De modo semelhante, todos os aplicativos disponibilizam gráficos dos gastos por categoria, facilitando a visualização e compreensão da magnitude das despesas.

É importante saber investir os recursos financeiros, por isso alguns aplicativos disponibilizam dicas e passo a passo para realizar investimentos. O “Mobills” e o “BB Digital” estão entre eles, porém o “Minhas Finanças”, o “Organizze” e o “Sicoob Minhas Finanças” não disponibilizam este tipo de orientação ao usuário.

O registro de renda é pedido para que seja possível reorganizar e dar dicas de como poupar os recursos financeiros e cortar gastos, ficando mais fácil de realizar o controle. De todos os aplicativos avaliados, apenas o BB Digital não disponibiliza essa função. Adicionalmente, com o plano orçamentário é possível organizar as despesas de modo que seja possível economizar e investir os recursos da melhor forma. Apenas os aplicativos “Minhas Finanças” e o “BB Digital” não contêm a opção de plano orçamentário.

A interface é de extrema importância, pois se faz necessário ser amigável, de fácil manipulação e intuitivo para os usuários. Foram consideradas a facilidade de realizar o *download* e a simplicidade no uso. Entre os aplicativos avaliados o “Organizze”, o “Mobills” e o “BB Digital” oferecem adequada interação. De acordo com o estudo conduzido, o aplicativo com maior facilidade, uso intuitivo e mais completo é o “Organizze”. Além de contar com diversas ferramentas e atendimento completo ao usuário são disponibilizadas versões pagas ainda mais completas, podendo atender diversos tipos de usuários.

**Considerações Finais**

Este estudo objetivou resgatar a história recente do desenvolvimento das ações, políticas públicas e estratégias institucionais de promoção e difusão da educação financeira no país. A crescente importância e a maior atenção dadas à educação financeira estão embasadas na complexidade da sociedade globalizada e de rápido avanço tecnológico, na qual o mercado financeiro e seus produtos se multiplicaram e passaram a ser importantes na vida dos cidadãos e dos profissionais.

Verificou-se que os movimentos governamentais para a criação de uma estratégia nacional de educar financeira a população se deu de modo mais sistemático a partir de meados dos anos 2.000. O decreto nº 7.397/2010 instituiu de fato a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) mobilizando diversos atores institucionais relevantes, com destaque para o Banco Central do Brasil. Esta instituição, o guardião do sistema bancário e financeiro nacional, acaba por ser um elemento difusor e propagador de ações, diretrizes e políticas orientadas ao processo de alfabetização financeira da população e atua de modo constante a construir uma cultura favorável à educação financeira no país, via indução por meio dos bancos comerciais e demais instituições econômicas e financeiras.

Neste contexto os aplicativos disponíveis para os smartphones, aparelhos tecnológicos tão largamente utilizados por expressiva parcela da população, podem ser instrumentos mais práticos e à mão das pessoas interessadas em empregar aplicativos financeiros que possam auxiliá-las na elaboração do planejamento financeiro e do orçamento pessoal ou familiar. O estudo proporcionou verificar a existência de inúmeros aplicativos financeiros disponíveis, entre os quais foram escolhidos cinco para comparação. A análise comparativa dos aplicativos financeiros disponíveis ao público pela *Play Store* evidenciou que estes podem ser instrumentos úteis, com interfaces amigáveis e simples utilização, sendo muitos de acesso gratuito e outros de acesso restrito aos clientes de instituições bancárias. A maioria deles é bem avaliada pelos usuários e apresentam os recursos básicos e adequados ao exercício de uma saudável e equilibrada relação com os recursos financeiros.

**Referências**

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Jornada da cidadania financeira no Brasil**. Brasília, DF: BCB, 2018. 18 p. Disponível em < https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\_cidadania/biblioteca/jornada\_educacao\_financeira.pdf>. Acesso em: set. 2020.

\_\_\_\_\_\_. **Caderno de educação financeira – gestão de finanças pessoais**. Brasília, DF: BCB, 2013. 72 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\_cidadania/Cuidando\_do\_seu\_dinheiro\_Gestao\_de\_Financas\_Pessoais/caderno\_cidadania\_financeira.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. **Decreto federal n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: nov. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor**, nov. 2020**.** Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-6>; Acesso em: nov. 2020.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Guia CVM de planejamento financeiro**. Rio de Janeiro: CVM, 2014. Disponível em:

<https://www.investidor.gov.br/guiafinanceiro>. Acesso em: set. 2020.

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 41. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/es/v41/1678-4626-es-41-e218463.pdf>. Acesso em: set. 2020.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: jun. 2020.

HUSTON, Sandra J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>. Acesso em: jul.2020.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, pp. 5-44, 2014. Disponível em:< https://doi.org/10.3386/w18952>. Acesso em: jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE divulga o rendimento domiciliar *per capita* 2019**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PAND Contínua. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\_e\_Rendimento/Pesquisa\_Nacional\_por\_Amostra\_de\_Domicilios\_continua/Renda\_domiciliar\_per\_capita/Renda\_domiciliar\_per\_capita\_2019.pdf>. Acesso em: abr. 2020.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Fernando; CAVALGANTE, Anderson; CROCCO Marco. Um plano nacional de capacitação financeira: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n. 2 (66), p. 541-561, maio-agosto 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v28n2/1982-3533-ecos-28-02-0541.pdf>. Acesso em: abr. 2020.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SALEH, Abdala Mohamed; SALEH, Pascoalina B. de Oliveira. O elemento financeiro e a educação para o consumo responsável. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, v. 29, n. 4, p. 189-214, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v29n4/a09v29n4.pdf>. Acesso em: mar. 2020.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 41(6):1121-41, nov./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>. Acesso em: mar. 2020.

WORTHINGTON, Andrew C. Predicting financial literacy in Australia. **Financial Services Review**, v. 15, n. 1, p. 59-79, Spring 2006. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.841.5453&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: abr. 2020.

1. O *site* do Portal da Cidadania Financeira pode ser acessado por meio do endereço eletrônico http://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br [↑](#footnote-ref-1)
2. O portal de Educação da B3 pode ser acessado por meio do endereço eletrônico http://www.b3.com.br/pt\_br/b3/educacao/ [↑](#footnote-ref-2)
3. Há um portal específico para o INFI que pode ser acessado por meio do endereço eletrônico https://www.infi.com.br/ [↑](#footnote-ref-3)
4. A página sobre educação da ANBIMA pode ser acessada por meio do endereço eletrônico https://www.anbima.com.br/pt\_br/educar/educar.htm [↑](#footnote-ref-4)
5. O portal Serasa Ensina pode ser acessado por meio do endereço eletrônico https://www.serasa.com.br/ensina/ [↑](#footnote-ref-5)
6. A Escola de Proteção e Defesa do Consumidor pode ser acessada por meio do endereço eletrônico https://www.procon.sp.gov.br/epdc/ [↑](#footnote-ref-6)
7. O Guia e as planilhas eletrônicas podem ser acessados no endereço eletrônico https://www.investidor.gov.br/guiafinanceiro. [↑](#footnote-ref-7)